



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/05/2016

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	3
2.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	4
2.3. CORREGEDOR (A).....	5
2.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	6

Mutirão fiscal para regularizar débitos

Ação permitirá que os contribuintes que possuem dívidas no âmbito municipal e estadual negociem suas pendências

Quem tem dívidas fiscais no âmbito municipal e estadual terá a oportunidade de negociar suas pendências durante o I Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, que será realizado a partir de hoje até o dia 18 deste mês no hall do cinema do Shopping da Ilha. O evento está sendo realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ).

O objetivo é incentivar os contribuintes a regularizarem seus débitos. As negociações serão facilitadas por meio de vantagens como descontos e outros benefícios para quem optar pela regularização. A expectativa é que mais de três mil contribuintes inadimplentes participem. Pessoas físicas e jurídicas poderão resolver questões relacionadas a débitos com tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA).

Os descontos para o IPVA podem chegar a 100% sobre os juros, caso o pagamento seja feito em cota única. Já o ICMS pode ser parcelado em até 60 vezes, com desconto de 80%; se o pagamento for entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. As negociações firmadas para o pagamento desses tributos terão validade até dia 31 de maio.

Durante o mutirão serão realizadas ações de arrecadação fiscal, conciliação jurídica e serviços da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA), do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA).

"O Governo mostra seu pioneirismo ao unir suas estrutu-



Contribuintes devem procurar o mutirão para regularizar dívidas no âmbito municipal e estadual

ras de gestão com a do Judiciário para ações de conciliação, além de disseminar a cultura da justiça fiscal", ressaltou o procurador-geral adjunto da PGE, Bruno Tomé Fonseca. Ele explicou que o mutirão é uma possibilidade para o contribuinte reduzir ou acabar com inadimplências.

Bruno Tomé Fonseca frisou que ao regularizar a situação fiscal, o contribuinte fortalece a economia do Estado, uma vez que a sua postura impacta diretamente na arrecadação. Os contribuintes que possuem débitos mais elevados foram notificados para participarem do mutirão. Uma vez acionados, estas pessoas têm a opção de comparecer nos dias marcados para rever sua situação procu-

rando a PGE ou o Tribunal de Justiça até o final de maio.

Mesmo sem ter sido notificado, qualquer contribuinte que tenha dívidas fiscais pode comparecer ao mutirão. "Uma

AGENDAMENTO


Contribuintes interessados em regularizar a situação fiscal podem fazer o agendamento no site do evento em www.ma.gov.br/mutiraofiscal. Na plataforma, deve informar o número do CPF ou CNPJ e confirmar a presença no evento. Ao acessar o site, o contribuinte poderá consultar a situação fiscal em que se encontra e todas as vantagens do mutirão. O contribuinte também poderá simular seus descontos e realizar o autoatendimento, imprimindo o documento de arrecadação referente ao seu débito.

das grandes vantagens do programa é oferecer parcelamento acima de 60 vezes, no caso do ICMS, e anistia integral dos juros no pagamento à vista do IPVA", lembrou o procurador-geral adjunto da PGE. Durante o Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, a PGE vai orientar sobre os processos judiciais.

Além da PGE, outros órgãos estaduais estão envolvidos com

o Mutirão como a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e Procon. O secretário de Estado de Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, afirmou que ações deste porte são de grande importância para a economia. "Sobretudo se considerarmos o cenário econômico que todo o país enfrenta", declarou. Já o diretor do Procon, Duarte Júnior, destacou a missão do órgão de monitorar e orientar os cidadãos para melhorar a qualidade das relações de consumo. "O evento é de extrema importância para que as pessoas possam solucionar suas pendências com o Estado e ter os direitos restabelecidos", disse.

Ao Tribunal de Justiça, parceiro na realização do evento, cabe a colaboração direta na mediação das audiências de conciliação, por meio da Vara de Execução Fiscal. O órgão vai disponibilizar uma sala de audiência para os contribuintes que respondem a processo de execução fiscal e também será disponibilizado um sistema de agendamento no site do Tribunal de Justiça para marcar as audiências.


O evento é de extrema importância para que as pessoas possam solucionar suas pendências com o Estado e ter os direitos restabelecidos

Marcellus Ribeiro Alves,
secretário de Estado de Fazenda

Negociação | Mutirão para regularizar dívidas acontece até dia 18 deste mês

NEGÓCIOS

Inimigo da democracia

Num ciclo de democratização ainda não consolidado, o Brasil passa por um grande retrocesso político com a presença cada vez mais forte do populismo que – com forte carga autoritária, empregando as dicotomias “nós versus os outros”, “tradição versus progresso”, “a nova política versus a velha política” – insiste em resolver todos os problemas com fórmulas sedutoras e inconsistentes.

O populismo é hoje um mal presente na nossa tênue democracia e ameaça o futuro do Brasil. Com ele, os atores políticos reivindicam a ideia de democracia, mas – numa grande convergência de demagogias – agem contra o país, gastam o que não produzem e ainda culpam os outros quando a festa acaba.

É por isso que o Brasil funciona sob um pêndulo que puxa todos os atores políticos para um de seus polos, transformando-os em repetições de atores passados.

Por mais que gostemos de pensar o contrário, o Brasil é um país no qual o passado nunca passa. Se tivéssemos a capacidade de fazer melhores escolhas políticas não seríamos assombrados pelo peso da repetição e da reincidência contínua do populismo.

Para os líderes populistas, pouco importa seguir o ordenamento jurídico. Com esse comportamento, eles lançam por terra qualquer noção de Estado Democrático de Direito, submetendo as instituições à irracionalidade das multidões, sem considerar que essas instituições foram constituídas pelo homem nas eras de organização social e sobreviveram aos testes impostos pela história.

Essa prática afeta negativamente a democracia, banaliza a cidadania e fragiliza as instituições, pois não há preocupação com a criação de um Estado eficiente, neutro e previsível.

O populismo está intimamente associado à decadência do Estado com o assistencialismo clientelista, a tributação excessiva, a apropriação indevida de recursos e outros casuísmos e violências jurídicas destinados à perpetuação no poder.

Pelo que se traduz numa leitura da atual conjuntura política, os brasileiros – infelizmente – continuam expostos à aventura populista, que quanto mais avança mais enfraquece as instituições.

Precisamos quebrar esse círculo vicioso e defender – com mais ênfase – o princípio da liberdade contra as manobras populistas que – antes de “direita” e hoje de “esquerda” – colocam em jogo a liberdade política dos cidadãos.

O populismo é a aberração da prática democrática. Ele não assegura o pluralismo e as liberdades individuais e coletivas. Manipula o povo em benefício de desejos pessoais, fomentando a ilusão das massas, contrariando a democracia, cuja essência é garantir aos cidadãos participação ativa nas atividades políticas, elegendo seus representantes sem sofrer nenhum tipo de sanção.

Os políticos populistas apresentam aos eleitores um discurso sedutor ancorado no superficialismo, vendendo a imagem de que as riquezas são fruto do Estado e, assim, ninguém precisa fazer esforço para melhorar de vida. Se alguma vai mal, a culpa sempre é do capitalismo e do imperialismo. Eles não falam de igualdade e de oportunidades para os cidadãos cuidarem de seu destino de acordo com seus méritos.

Em nome de uma ideia difusa de “libertação” ou da “defesa nacional” contra um inimigo externo, os políticos populistas aduleram a democracia, intervêm na economia, personalizam o que é público, apadrinham segmentos da sociedade e corrompem agentes do Estado e atores da sociedade, trazendo graves prejuízos para o desenvolvimento político, econômico e social do país.

Nossa democracia exige transparência e não pode ficar a mercê de humores e excitações de cada momento, que mudam ao sabor do talento retórico de populistas que seguem alimentando medos e anseios, reduzindo a população a uma massa politicamente amorfa que acaba por apoiar interesses de manipuladores.

Não podemos nos deixar seduzir pelo populismo, que é pernicioso e obliterou as questões que afetam a vida comum. Quando ocupam altas posições, os políticos que têm inclinações populistas provocam uma completa degeneração da democracia e deixam de nutrir apreço pelo espírito democrático e pelo império da Lei, que são fundamentais para a manutenção das liberdades políticas e individuais.

O cenário político brasileiro se mostra tomado por várias tendências carentes de uma orientação política bem articulada. Essa ausência de organização ideológica favorece o populismo, com as camadas populares se entregando facilmente a lideranças que fortalecem sua carreira política, mesmo não demonstrando qualquer compromisso com as massas.

Sempre que a população elege políticos populistas, ela coloca em jogo o futuro inteiro de uma Nação. A esses políticos interessa apenas políticas com resultados de curto prazo. Com notória irresponsabilidade com o dinheiro dos contribuintes, eles valorizam somente as curvas de popularidade, em detrimento do futuro do país.

O povo – apesar das evidências de que o inimigo que impede o seu desenvolvimento e perpetua sua pobreza se encontra dentro do Estado – não se convence de que está sendo usado pelos populistas como extensão de seus quintais para tirar proveitos pessoais e colocar em prática projetos escusos.

Autoritarismo

É lamentável que no Brasil o caminho à democracia plena se veja desviado perversamente por atalhos populistas autoritários, interrompendo o processo de reconstrução das instituições fundamentais da República.

Retrocesso

A grave crise sem perspectiva de solução a curto prazo no Brasil cobra seu preço, sobretudo da população mais pobre, inclusive aquele segmento que deixara estatisticamente a pobreza absoluta e corre agora o risco de retroceder.

Mutirão fiscal permitirá aos contribuintes regularizarem débitos a partir desta 2ª-feira

Quem tem dívidas fiscais no âmbito municipal e estadual terá a oportunidade de negociar suas pendências durante o I Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, que será realizado a partir desta segunda-feira (16) até o dia 18 deste mês no hall do cinema do Shopping da Ilha. O evento está sendo realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ).

O objetivo é incentivar os contribuintes a regularizarem seus débitos. As negociações serão facilitadas por meio de vantagens como descontos e outros benefícios para quem optar pela regularização. A expectativa é que mais de três mil contribuintes inadimplentes participem. Pessoas físicas e jurídicas poderão resolver questões relacionadas a débitos com tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA).

Os descontos para o IPVA podem chegar a 100% sobre os juros, caso o pagamento seja feito em cota única. Já o ICMS pode ser parcelado em até 60 vezes, com desconto de 80%; se o pagamento for entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. As negociações firmadas para o pagamento desses tributos terão validade até dia 31 de maio. Durante o mutirão serão realizadas ações de arrecadação fiscal, conciliação jurídica e serviços da Procuradoria Geral do Estado

do Maranhão (PGE/MA), do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA). “O Governo mostra seu pioneirismo ao unir suas estruturas de gestão com a do Judiciário para ações de conciliação, além de disseminar a cultura da justiça fiscal”, ressaltou o procurador-geral adjunto da PGE, Bruno Tomé Fonseca. Ele explicou que o mutirão é uma possibilidade para o contribuinte reduzir ou acabar com inadimplências.

Bruno Tomé Fonseca frisou que ao regularizar a situação fiscal, o contribuinte fortalece a economia do Estado, uma vez que a sua postura impacta diretamente na arrecadação. Os contribuintes que possuem débitos mais elevados foram notificados para participarem do mutirão. Uma vez acionados, estas pessoas têm a opção de comparecer nos dias marcados para rever sua situação procurando a PGE ou o Tribunal de Justiça até o final de maio. Mesmo sem ter sido notificado, qualquer contribuinte que tenha dívidas fiscais pode comparecer ao mutirão. Durante o Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, a PGE vai orientar sobre os processos judiciais. Além da PGE, outros órgãos estaduais estão envolvidos com o Mutirão como a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), Secretaria de Estado da

Fazenda (Sefaz) e Procon. O secretário de Estado de Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, afirmou que ações deste porte são de grande importância para a economia.

“Sobretudo se considerarmos o cenário econômico que todo o país enfrenta”, declarou. Já o diretor do Procon, Duarte Júnior, destacou a missão do órgão de monitorar e orientar os cidadãos para melhorar a qualidade das relações de consumo. Ao Tribunal de Justiça, parceiro na realização do evento, cabe a colaboração direta na mediação das audiências de conciliação, por meio da Vara de Execução Fiscal. O órgão vai disponibilizar uma sala de audiência para os contribuintes que respondem a processo de execução fiscal e também será disponibilizado um sistema de agendamento no site do Tribunal de Justiça para marcar as audiências. Contribuintes interessados em regularizar a situação fiscal podem fazer o agendamento no site do evento em www.ma.gov.br/mutiraofiscal. Na plataforma, deve informar o número do CPF ou CNPJ e confirmar a presença no evento. Ao acessar o site, o contribuinte poderá consultar a situação fiscal em que se encontra e todas as vantagens do mutirão. O contribuinte também poderá simular seus descontos e realizar o autoatendimento, imprimindo o documento de arrecadação referente ao seu débito.

Corregedora da Justiça visita Varas Cíveis de SL

A corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, cumpriu mais um cronograma de visita às unidades judiciais do Fórum de São Luís.

A desembargadora esteve na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis. Magistrados e servidores receberam a corregedora.

Durante os encontros foram apresentadas as demandas e dados processuais das unidades e as atividades desenvolvidas nos locais.

Em diálogo com os juízes Luiz de França Silva (2ª Vara), Douglas Airton Amorim (3ª Vara), Reinaldo Araújo (4ª Vara), Suely de Oliveira Feitosa (8ª Vara), a corregedora apresentou algumas propostas para a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional. “A recontagem dos autos e a redistribuição da força de trabalho são algumas das medidas iniciais para conhecermos a real situação das unidades e planejarmos as ações para buscarmos a redução do índice de congestionamento processual”, explicou a desembargadora.

A reorganização dos espaços físicos das unidades também está prevista. Muitas unidades estão com petições e processos armazenados em locais inadequados que deveriam servir, por exemplo, de passagem. “Realizamos a reformulação da Comissão Sentenciante Itinerante, e hoje há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão também se transforma numa importante ferramenta para melhorar as rotinas das unidades, objetivando estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora.

As juízas auxiliares da Corregedoria, Sara Gama e Rosângela Prazeres, e o diretor da CGJ, Gustavo Campos, acompanharam a desembargadora Anildes Cruz durante a visita.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 24/2016

Processo nº 4993/2016

Objeto: Aquisição de notebooks, estações de trabalho e scanner, com garantia on-site, a serem utilizadas nas unidades do Poder Judiciário do Maranhão; **Abertura:** 31/05/2016, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **Email:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181. São Luís/MA, 13 de maio de 2016. **André de Sousa Moreno** – Pregoeiro.